

**EXCELENTÍSSIMO SENHORES DESEMBARGADORES DA 3ª
CAMARA CIVEL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO
GROSSO DO SUL - AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 1413193-
97.2017.8.12.0000.**

Relator Des. Fernando Mauro Moreira Marinho
1º Vogal Des. Eduardo Machado Rocha
2º Vogal Des. Nélio Stábile

M E M O R I A L

Trata-se de *AGRAVO DE INSTRUMENTO*, com pedido de efeito suspensivo, interposto por **Elvio Rodrigues e Sônia Oliveira Rodrigues** em face da decisão do Juízo da Vara de Fazenda Pública e de Registros Públicos da Comarca de Corumbá/MS, nos autos da Ação Civil Pública n.º 0900088-86.2017.8.12.0008, que concedeu liminar para suspender a Autorização Ambiental n.º 232/2017, permitindo desmatamento em 20.526 ha (vinte mil, quinhentos e vinte e seis mil hectares) em razão de várias irregularidades e inconsistências cometidas durante a emissão da licença, o que coloca em risco o ambiente.

I. PRELIMINAR DE NULIDADE

Quanto a preliminar de nulidade que se alega violação aos comandos normativos contidos nos artigos 9º e 10 do Código de Processo Civil, não há guarida, uma vez que a utilização da tutela provisória de urgência *inaudita altera pars*, ocorreu sob a égide do que autoriza o artigo 9º, I CPC, tendo em vista o risco de ineficácia da tutela pretendida, ou seja, haveria a supressão de 20.526 ha (vinte mil, quinhentos e vinte e seis mil hectares).

II. DO MÉRITO

Deve ser observado que qualquer mudança no bioma do Pantanal, que possui uma diversidade biológica muito grande, poderá trazer

efeito danoso irreversível. Ademais, o Pantanal Mato-Grossense é um patrimônio nacional (art. 225, §4º da CF), cuja utilização precede a condições que assegurem a sua preservação.

Segundo observado nos autos, a licença concedida pelo órgão ambiental estadual **não possui cronograma de execução mensal, faltam dados de estações meteorológicas, falta estudo in loco não realizaram a coleta de águas nos cursos d'água das áreas impactadas pelo empreendimento e sequer houve o levantamento das plantas aquáticas.**

Deve ser observado ainda que, o mapa do Parecer CAOMA/NUGEO Nº 01/2017 (fls. 53-81), mostra que boa parte das áreas do licenciamento autoriza o **desmatamento de cordilheiras (áreas de vegetação arbustiva do pantanal que serve de abrigo para fauna terrestre durante as cheias e mantém a estabilidade do solo).**

Note-se que a autorização ambiental emitida é **nula** em razão de:

a) Violação do Estudo de Impacto Ambiental por haver contrariado: a.1) o Zoneamento Ecológico-Econômico (Lei Estadual n. 3.839/2009); a.2) a resolução Conama n. 302/2002 c/c art. 8º do Código Florestal;

b) Falha no estudo de impacto ambiental e no procedimento de licenciamento ambiental em razão de não haver sido considerado no Estudo e no procedimento de licenciamento, as seguintes normas: Lei Estadual n. 3.389/2009 (ZEE); Decreto Federal n. 5.092/04 e Portaria MM n. 223/2016 (Áreas Prioritárias para Conservação); Artigos 26, 27 e 28 do Código Florestal;

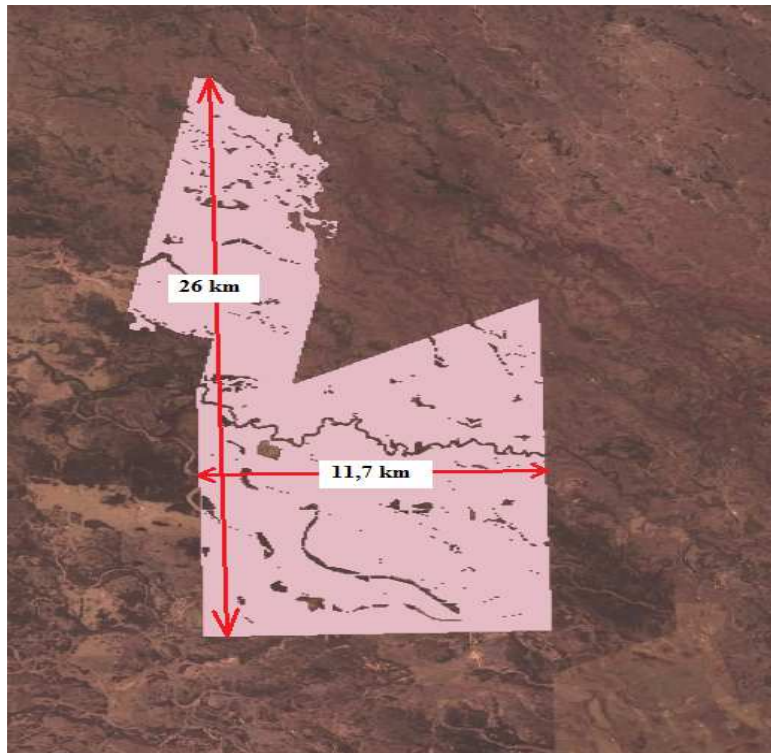
c) Outras falhas no estudo de impacto ambiental e no procedimento de licenciamento ambiental em razão de: c.1) o Termo de Referência que haver embasado o Estudo, **ter falhas consistentes em: não foi elaborado com a especificidade que bioma Pantanal necessita para sua conservação;** c.2) **não haver o Estudo de Impacto Ambiental seguido nem mesmo o termo de referência elaborado pelo órgão ambiental.**

Para que não reste dúvida das falhas graves no procedimento de licenciamento, basta ver que o Termo de Referência emitido pelo órgão ambiental foi emitido em 02 de maio de 2016, e o EIA é do **mesmo mês e ano**. E, o que é pior, os levantamentos de campo são **datados de anos anteriores ao próprio termo de referência**, o que demonstra a absoluta falta de

critério e seriedade em todo este procedimento que pode levar a graves danos ambientais.

Note-se que **não se quer impedir a pecuária ou a atividade econômica da propriedade – uma vez que já há existência de gado na área em questão, em pastagem** nativa. O que se discute é que permitir a supressão vegetal de mais de **vinte mil hectares** naquela região, **sem estudos técnicos corretos e suficientes** desconsidera-se aquela área como de **preservação**, bem como não se prevê atividade que permita a consolidação da **tradição cultural** ali presente, uma vez que, neste caso, **não se está preservando a pecuária de tradição do pantanal – que usa majoritariamente o ambiente nativo para sua subsistência** – mas sim implementando um sistema exógeno de exploração da terra incompatível com a fragilidade do Pantanal.

Veja-se, para se ter uma ideia da **extensão do desmatamento permitido**, que, na maior área autorizada, **haverá uma extensão de 26 x 11,7 Km de TOTAL SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA** o que poderá impactar na **interrupção dos corredores ecológicos essenciais para a manutenção da fauna e da flora**:



Desta forma, **em razão do princípio da prevenção e da necessidade de preservação do pantanal – que é constitucionalmente**

protegido – impõe-se a manutenção da liminar concedida para, ao menos, **até que haja uma perícia oficial nos autos visando averiguação concreta da autorização de desmatamento.**

Campo Grande, 05 de Março de 2018.


ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

2ª Promotoria de Justiça de Corumbá